

PAISAGEM CULTURAL DE TRANSUMÂNCIA:

A ROTA DA SERRA DA ESTRELA PARA AS CAMPINAS DE IDANHA

RAQUEL CARVALHO*

TERESA PORTELA MARQUES**

Resumo: *A paisagem cultural de transumância reflete um profundo saber do território. Baseia-se na atividade pastoril que envolve a deslocação espacial, periódica e sazonal dos gados entre os pastos de montanha e os de vales e zonas baixas, com a finalidade de lhes assegurar alimento. Destacamos uma rota com grande expressão em Portugal, a da Serra da Estrela – Campinas de Idanha-a-Nova, sendo a produção de lã a força motriz da atividade. Tendo o seu auge na Idade Média, sobreviveu até aos anos 1950, na região da Beira Interior. Cientes de que a mudança é uma dinâmica inerente à paisagem, não podemos, no entanto, deixar de ressaltar o modo como o uso de recursos naturais endógenos revela o profundo entendimento de um ecossistema complexo, contribuindo para a construção do património cultural e paisagístico identitário da região.*

Palavras-chave: *paisagem cultural; transumância; rota; património.*

Abstract: *The transhumance cultural landscape reflects a deep knowledge of the territory. Based on pastoral activity, involves spatial, periodic and seasonal movements of livestock between mountain pastures, valleys and lowlands, to provide food. We highlight an important Portuguese route: Serra da Estrela – Idanha-a-Nova, where wool production was the main activity's driving force. The activity reached its peak in the Middle Ages and survived until the 1950s in Beira Interior region. Aware that change is an inherent dynamic in landscape, we cannot, however, disregard that over generations, the use of endogenous natural resources, shows an understanding of the ecosystem, contributing to the region's cultural and landscape identity heritage.*

Keywords: *cultural landscape; transhumance; route; heritage.*

INTRODUÇÃO

As paisagens culturais são o resultado de reorganizações consecutivas do território, de forma a adaptar a sua estrutura e uso às constantes necessidades das sociedades¹. Encontra-se nesta definição uma visão clara, prática e atual, comum à grande parte das paisagens culturais. Mas o conceito de paisagem cultural permanece em debate, não sendo consensual a sua definição e utilidade. Tema central em diversos contextos científicos e nas diferentes tutelas de gestão da paisagem e do património, o seu entendimento é sensível a mudanças de paradigmas absorvendo, assim, as naturais transformações que se processam ao longo dos tempos.

* FCUP – Faculdade de Ciências da Universidade do Porto/CIBIO-Centro de Investigação em Biodiversidade e Recursos Genéticos. raqueljcarvalho@gmail.com.

** FCUP – Faculdade de Ciências da Universidade do Porto/CIBIO-Centro de Investigação em Biodiversidade e Recursos Genéticos. teresamarques@fc.up.pt.

¹ ANTROP, 2005.

Termo e conceito são relativamente recentes. Desenvolvido por geógrafos alemães nos finais do séc. XIX, o conceito de paisagem cultural foi aprofundado na escola de Berkeley, Estados Unidos da América, por Carl Sauer, nos anos de 1920, tendo a UNESCO, através do Comité do Património Mundial, catapultado este conceito para um reconhecimento a nível mundial² em 1992³,

A consciência da existência de uma identidade cultural que exprime valores, crenças, técnicas, tradições e conhecimento herdado é atualmente aceite e valorizada, sendo a paisagem cultural representativa e ilustrativa das singularidades identitárias. É neste âmbito que trazemos a paisagem cultural para o debate científico, num tempo de crescente homogeneidade de paisagens, resultado de processos de globalização e da expansão da urbanização.

Fruto de um saber construir e gerir, testado ao longo de mais ou menos gerações, a paisagem revela, entre outras, duas características fundamentais e interdependentes: dinâmicas e mudanças. Neste sentido, o estabelecimento de um equilíbrio entre a proteção e valorização dos bens culturais e naturais de uma determinada paisagem, e os benefícios sociais, económicos e ecológicos que nela podem ser gerados, é um objetivo fundamental para a sustentabilidade da paisagem cultural. Paisagens culturais expressam uma interligação entre uma determinada comunidade e o meio envolvente. A adaptação a novos desafios de desenvolvimento deve ser considerada e ponderada como alavancas importantes para a perduração de valores ao longo dos tempos. Um dos aspetos mais relevantes da paisagem cultural é a sua capacidade de evidenciar determinada identidade e expressar o carácter de uma região ou lugares.

A paisagem cultural da rota de transumância entre a Serra da Estrela e as Campinas da Idanha é representativa de uma prática tradicional da atividade agro-pastoril mediterrânica. Foi construída com base numa atividade social que, em tempos, teve um papel preponderante na sociedade e, em especial, na atividade económica associada aos lanifícios, que está hoje em declínio ou mesmo quase em extinção na região. Contudo, a paisagem ainda integra uma carga intangível rica, suscitando a oportunidade de reflexão e ponderação sobre a reabilitação de processos basilares desta paisagem, a gestão do seu património natural e cultural ou a integração de novas formas, processos e funções que respeitem as necessidades da comunidade e contextos atuais económicos, sociais e culturais. Pretende-se, assim, compreender e explicitar fenómenos, significados e interações entre Homem e meio envolvente que criaram esta paisagem em particular. Para tal, e recorrendo a um corpo de conhecimento histórico, geográ-

² CARVALHO & MARQUES, 2019.

³ Neste ano, as orientações técnicas para aplicação da Convenção para a Proteção do Património Mundial Natural e Cultural com vista à inclusão de bens na Lista do Património Mundial passam a integrar as “paisagens culturais” enquanto categoria independente.

fico e social já estabelecido pela revisão de literatura e trabalho de campo, irão ser apresentadas reflexões sobre o modo de construção desta paisagem cultural, ao longo do tempo, e a sua interpretação atual. Deste modo, estruturamos o presente artigo de forma a que, numa primeira análise, se descreva a atividade de transumância, em geral, a sua evolução histórica e social e consequentes alterações impostas à paisagem. De seguida, focaremos a análise na rota da Serra da Estrela para as Campinas de Idanha, decifrando os atributos que caracterizam e expressam esta paisagem cultural.

A ATIVIDADE DE TRANSUMÂNCIA

Prática comum e ancestral na Europa mediterrânica, a transumância pode caracterizar-se como uma modalidade pastoril que envolve a deslocação espacial, periódica e sazonal dos gados, entre os pastos de montanha e os de vales e zonas baixas, com a finalidade de assegurar a sua subsistência alimentar. Reflete uma racionalização da criação de gados em função da capacidade de oferta de pastos das regiões. As áreas de pasto complementares são procuradas quer na sua contiguidade espacial quer em áreas de regiões distintas⁴. Podendo envolver diferentes tipos de gado, a transumância em Portugal teve maior expressão nas rotas associadas à Serra da Estrela, predominando os rebanhos de cabras e ovelhas, destacando-se nesta atividade o gado ovino. Os rebanhos transumantes eram especialmente destinados à produção de lã, em oposição ao gado «estante» (o que ficava nas povoações e imediações) que se destinava, principalmente, à produção de carne e leite⁵. Hoje, praticamente extinta em Portugal, a transumância mantém-se ativa em países como Espanha, França, Itália, Grécia e Roménia⁶.

O património construído e imaterial associado à atividade de transformação da lã (desde a manufatura artesanal à indústria de lanifícios) representa vários atributos da paisagem de transumância, sendo representativo da história dos lanifícios e do património da região. A sua importância económica desde cedo é relatada: «E das muitas ovelhas que neste reino há, dão também testemunho as muitas lãs que se delle sempre tiraram para Flandres, e para Inglaterra [...]»⁷. Na Serra da Estrela, as localidades de Manteigas e Covilhã destacaram-se como importantes centros de produção e transformação de lã. O naturalista alemão Heinrich Friedrich Link, no relato da viagem realizada a Portugal entre 1797 e 1799, realça a qualidade da lã da região da Serra da Estrela. Nos relatórios da Expedição Cientí-

⁴ CALADO PINHEIRO, 2008.

⁵ TRINDADE, 1965.

⁶ SOARES DE SOUSA *et al.*, 2005.

⁷ Duarte Nunez do Leão, Cit. por RIBEIRO, 1941: 74.

fica à Serra da Estrela da «Sociedade de Geographia de Lisboa», realizada em 1881, é referido: «[...] importantíssimo centro industrial da Covilhã, que tem constantemente procurado justificar o cognome de Manchester portugueza [...]»⁸.

Tal como noutras tipologias de paisagens culturais, esta paisagem de transumância exhibe património construído e intangível, reunindo tradições, artefactos, estruturas sociais distintas e conhecimento local especializado. Enquanto sistema, a paisagem de transumância reúne elementos complementares, tanto no espaço (habitats/paisagens) como no tempo, desde a produção de gado à transformação da lã. Iremos centrar-nos na rota de transumância em si e na paisagem construída pela atividade de pastoreio.

NOTAS SOBRE A EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE DE TRANSUMÂNCIA, EM PORTUGAL

Antes de nos debruçarmos sobre a descrição da expressão física e dos aspetos imateriais desta paisagem cultural, importa analisar a história da transumância, fundamental para a leitura da paisagem e para futuras reflexões sobre a mesma. Analisemos, então, a atividade de pastoreio, primordial no estudo da paisagem de transumância. A pastorícia sempre teve um papel preponderante na subsistência das populações. As suas raízes remontam ao nomadismo, quando as tribos se deslocavam segundo percursos determinados pelas estações do ano, determinados pela existência de pastos frescos para os seus rebanhos. Com o assentamento das populações e correspondente desenvolvimento da agricultura, apenas um segmento da população, os pastores, continua a efetuar migrações periódicas de acompanhamento dos rebanhos⁹.

A importância da atividade pastoril e a necessidade da sua regulamentação com finalidades profícuas para as populações, desde cedo é indiciada. Atendendo à história de Roma Antiga, o território seria dividido de forma a manter uma parte para os rebanhos: «Rómulo teria dividido o território romano em três partes: *ager regius* (do rei) *res sacra* (domínio religioso) e *ager privatus* (lotes particulares). Havia ainda uma parte indivisa *ager publicus* ou *pascua publica*, onde os patrícios criavam o rebanho comum»¹⁰.

É durante a Idade Média que a transumância de gados na Península Ibérica atinge o seu auge. A sua importância económica atrai a proteção das monarquias feudais. Após a Reconquista, a instalação das Ordens Militares terá permitido assegurar condições de segurança para a plena prática da transumância. Em Castela,

⁸ RIBEIRO & FERREIRA, 1886: 28.

⁹ CHAMBINO, 2008.

¹⁰ TRINDADE & RIBEIRO, 1981: 13.

em 1178, no «Foro de Cuenca» é instituída a Declaração de «Proteção Real» e em 1273 a constituição da poderosa e conhecida Mesta – «Honrado Concejo de La Mesta de Pastores», pelo rei Afonso X, rei de Castela e Leão¹¹. O interesse pela lã explica o protecionismo que a Mesta adquiriu, em detrimento das atividades agrícolas, favorecendo a agricultura extensiva que permitia pastoreio. A importância da existência de uma rede de caminhos para o gado, com a formação das «cañadas reales», que ainda hoje se podem testemunhar, foi regulamentada em 1273.

Em Portugal, a organização da atividade de pastoreio e da transumância, encontra semelhanças com Castela, sobre a qual, provavelmente se baseou, pela proximidade geográfica e cultural e pela troca de experiências. Assim, são conhecidas as pequenas assembleias regionais de pastores (rafalas em Portugal, mestas em Castela), os funcionários (alcaldes – oficiais maiores do concelho – jurados e cavaleiros da rafala), o mesmo modo de marcar e agrupar as rezes, as mesmas regulamentações relativas a obrigações de pastores e donos de gado¹² diferindo, no entanto, o nível superior hierárquico: em Portugal, pertence ao rei e autoridades municipais enquanto que em Castela ao Honrado Conselho da Mesta de Pastores.

A importância económica desta atividade determinou uma política régia de proteção aos criadores do gado lanígero visando, em especial, as áreas afetadas à transumância. Estas regiões encontram-se apontadas em foros e forais desde o século XII, sendo três as principais: a Serra da Estrela, o Alentejo (particularmente os campos de Ourique) e Idanha. Os gados transumantes chegavam a Portugal vindos também de Castela, existindo disposições régias e outros documentos que o testemunham. Já no reinado de D. João I (1385-1433) documentos do ano de 1404 contêm o itinerário dos rebanhos do Mosteiro de Santa Maria de Guadalupe para Manteigas e Seia, na Serra da Estrela, atravessando a ponte de Alcântara e seguindo pelas canadas da Idanha e Castelo Branco¹³.

Na própria toponímia da Serra da Estrela encontramos ligações a reminiscências do passado. A “Nave da Mestra” acolhia rebanhos da Mesta Espanhola e, sob a “Lapa do Mosteiro”, pastavam os gados vindos de Guadalupe que encontravam, na Serra da Estrela, pastos de Verão a menores distâncias do que na restante península.

Até ao século XVI e apesar de existirem descrições em forais, as deslocações do gado eram mal regulamentadas, originando conflitos entre pastores e agricultores. As medidas de proteção aos rebanhos transumantes permanecem semelhantes às estabelecidas anteriormente sem, contudo, se sobreporem à atividade agrícola nem ao gado criado com estabulação, cuja importância se mantinha. A necessidade de estabelecer medidas mais restritivas vai surgindo com o

¹¹ SOARES DE SOUSA *et al.*, 2005.

¹² TRINDADE, 1965.

¹³ CALADO PINHEIRO, 2008.

aumento de conflitos, tanto com rebanhos de Portugal como com rebanhos de Castela, que se geravam entre os criadores de gado e os agricultores, quer pela determinação das áreas de pasto quer pela conservação dos caminhos necessários para chegar a essas áreas. Em Portugal, o direito de compáscuo permitia o uso de pastos comuns (terras não cultivadas – baldios e maninhos) para a pastagem de rebanhos. Estes terrenos, tanto nas terras altas como nas terras baixas, eram determinados previamente e acordados com os respetivos proprietários. De Castela, vinham rebanhos transumantes pelas «cañadas reales» que transpunham a fronteira para pastos nacionais. Até cerca de 1641, os usos e privilégios de Castela eram respeitados em Portugal¹⁴, tendo a regulamentação da transumância ganho destaque durante o domínio Filipino. Sobre a regulamentação nas leis extravagantes, posteriores às Ordenações Manuelinas (1521), são definidos direitos e deveres dos pastores transumantes¹⁵. Os pastores possuíam assim uma «guia» com o local de origem e destino (baldios e maninhos)¹⁶, devendo o percurso ser seguido pelas canadas assinaladas por oficiais das câmaras.

Após a Restauração da independência (1640) assiste-se a tentativas de revogação dos privilégios concedidos aos pastores, mas os privilégios filipinos, anteriormente concedidos, ainda prevaleciam assim como concessões favoráveis à exploração extensiva de prados naturais.

Em Espanha, no final do século XVIII, Jovellanos¹⁷, defendia uma nova política de fomento agrário. Os privilégios dos pastores e os pastos comuns e terrenos abertos começavam a ser vistos como responsáveis pela decadência da agricultura, um entrave ao progresso desta atividade, reações estas que também ecoavam em Portugal. Com as ideias do Liberalismo, iniciou-se a decadência da atividade da transumância.

No final do século XIX, a abolição do direito de compáscuo (no âmbito do código civil de 1867), levou à redução da transumância, principalmente as grandes rotas para o Alentejo. Os terrenos baldios eram também considerados como entraves ao progresso económico e agrícola, tendo sido, conseqüentemente, levadas a cabo ações de alienação e aforamentos com a finalidade de transformar os terrenos «incultos» em cultivados. Em 1886 são criados os Serviços Florestais visando, inicialmente, a arborização nas serras do Gerês e da Estrela. Com a instituição do Regime Florestal, deu-se uma viragem estratégica da administração florestal para o interior serrano do País. A Administração Florestal de Manteigas, criada em

¹⁴ KLEIN, 1936.

¹⁵ RIBEIRO, 1941.

¹⁶ Baldios correspondem a terrenos comunitários, para uso dos habitantes (pasto, estrume, lenhas, saibro, pedras) geralmente ligados à vida agrícola. Os Maninhos são tratos de terreno inculto quer fosse propriedade comum (baldio) ou particular.

¹⁷ Escritor, jurista e político espanhol.

1888, pretendia lidar com a necessidade de correção hidrológica, devido à forte pluviosidade e aos grandes declives, o que conduziu à entrega ao Estado de 7.000 ha de terrenos incultos para arborização¹⁸. O avanço da arborização continuou com a submissão de vários baldios ao Regime Florestal tendo, também, sido impulsionada com os planos da Junta de Colonização Interna, já no século XX.

De facto, no século XX, a implantação da República e a Primeira Guerra Mundial aceleraram a transformação da paisagem serrana do interior podendo destacar-se 3 processos subsequentes que fomentaram grandes transformações no território; as desamortizações dos baldios, a florestação e a colonização interna¹⁹.

Em 1936 é criada a Junta de Colonização Interna²⁰ com a finalidade de executar os planos de aproveitamento dos baldios, nomeadamente para atividades agrícolas ou florestais de produção. Com a «Lei do Povoamento Florestal»²¹ de 1938, as atividades de florestação conheceram um novo impulso, integrado num movimento de «fomento e conservação florestal» europeu e norte-americano, desenvolvido a partir do início do século XX. Foi sendo realizada uma arborização massiva das zonas serranas que eram, por excelência, de natureza baldia, o que contribuiu para a redução de áreas disponíveis para a atividade da transumância.

Já na segunda metade do século XX, a intensificação da industrialização, e do seu impacto socioeconómico, conduziu a mudanças no tecido social, como o intenso despovoamento do interior nos anos de 1960 a favor dos centros urbanos e da emigração. A população rural, progressivamente fragilizada e envelhecida, deixa de manter a trilogia rural: agricultura, silvicultura e criação de gado, ou seja, o tradicional modo de vida agro-silvo-pastoril. Assente em economias de subsistência, as baixas produtividades agrícolas dificultavam o desenvolvimento do comércio e a acumulação de riqueza²². O desenvolvimento tecnológico e os novos meios de transporte e de comunicação trouxeram, também ao meio rural, novas oportunidades de conversão de uma vida árdua para uma vida mais confortável. O transporte do gado passou a realizar-se em camiões ou comboio e a sua alimentação a recorrer a forragens e a pastagens semeadas, a instalação de vedações permitiu controlar o gado e dispensar o pastor, a introdução de adubos químicos permitiu desvalorizar ou desfazer o vínculo da produção agrícola com a produção animal, as novas medidas da Política Agrícola Comum (PAC), a que Portugal se submeteu na década de 1980, vieram favorecer a agricultura em detrimento da atividade pastoril. Todas estas mudanças afetaram de forma drástica a atividade transumante, conduzindo-a ao seu declínio.

¹⁸ REGO, 2001.

¹⁹ ESTÉVÃO, 1983.

²⁰ DL n.27:207 de 16 de novembro de 1936.

²¹ Lei n.º 1971 de 1938.

²² SANTOS, 2015.

A SERRA DA ESTRELA: UMA PAISAGEM PARTICULAR, PONTO NEVRÁLGICO DAS ROTAS DE TRANSUMÂNCIA EM PORTUGAL

A atividade de transumância de rebanhos em Portugal, está associada principalmente à Serra da Estrela. A partir desta, as rotas efetuavam-se para Norte, Oeste, Sul e Sudeste. Os rebanhos do Sabugueiro desciam para a Idanha, os de Mangualde da Serra para Coimbra, os das terras de Celorico da Beira para o Douro e os das abas ocidentais da serra – Oliveira do Hospital, Nelas, Santa Comba, Canas de Senhorim, entre outras localidades – demandavam para a Serra de Montemuro²³.

O clima e a altitude, o relevo e a hidrografia, os solos e a disponibilidade de pastos geram o ciclo de transumância e regram o seu itinerário e destino. São, assim, forças motrizes naturais que se aliam a outra força de natureza económica – o mercado da lã – que justificam esta organização social e espacial que o Homem desenvolveu, construindo a paisagem cultural cuja história e identidade ainda hoje subsiste.

A criação de gado ovino está preferencialmente localizada nas regiões planas e associada à cultura do trigo, em sistemas de rotação. O gado ovino, pasta nos baldios onde predominam os matos baixos de urzes, carquejas, tojos e sargaços²⁴ ou explora a matriz agrícola, não conflituando com o gado caprino que explora as áreas de charneca, além de fornecer leite aos pastores e cães. As ovelhas pastam nos terrenos que se encontram em pousio, alimentando-se de ervas espontâneas. Já nas zonas altas, os rebanhos pastam também nos pequenos prados naturais, nos lameiros. Na Serra, a fraca aptidão dos solos e a altitude, ambos fatores limitantes da produção agrícola, proporcionam a prática da pastorícia extensiva. Assim, pelas suas condições menos favoráveis à agricultura (geralmente locais com turfeiras – habitats com abundância permanente de água), dão assim lugar à atividade pastoril em detrimento da agrícola, que ganha com a presença de pastagens frescas e água abundante para o gado.

A Serra da Estrela constitui um dos locais de excelência para as pastagens de Verão. Os rebanhos abandonam os pastos secos das suas regiões de origem e procuram, na Serra, as extensas áreas aplanadas e com disponibilidade de água, com pastagens dominadas por herbáceas. De facto, na Serra da Estrela, a água é relativamente abundante, como noutras serras graníticas, surgindo prados espontâneos de cervunais (arrelvados perenes dominados pela gramínea *cervum*, também conhecida como nardo – *Nardus stricta*). Estes pastos, nos pontos de maior altitude, são muito ricos em proteínas e contribuem para a produção de leite, sendo o destino, ainda hoje, dos gados durante os meses de Verão. Nas zonas

²³ AMARAL, 1970.

²⁴ TORRES MANSO, 2015.

montanhosas, o pastoreio de percurso²⁵ é favorecido pela existência dos terrenos de uso comunitário – baldios – beneficiando da fonte de nutrientes alimentares. Junto das povoações da serra, as pastagens incluíam pousios, alqueives e restolhos de terrenos cultivados, prados (espontâneos ou semeados, como os lameiros) ou mesmo ao longo dos caminhos. Os pastos de prado das povoações permitiam alimentar principalmente gado bovino, que eram a grande força de auxílio dos trabalhos agrícolas.

Durante o Inverno, quando estas pastagens da Serra ficam cobertas pela neve, a procura de pastagens disponíveis para o gado obriga à deslocação para zonas de menor altitude. A Sul e Sudeste da Serra da Gardunha, a paisagem converte-se. Das montanhas e relevos íngremes, da forte presença da água à superfície, dos povoamentos aglomerados a dispersos, passa-se para planuras que muito se assemelham à paisagem do Alentejo. Aqui ganha forma uma nova paisagem, de baixos ou quase inexistentes relevos, mas profundamente ligada à Serra da Estrela pela atividade pastoril, pelos saberes e tradições.



Figs. 1 e 2. Paisagem da Serra da Estrela em contraste com as planícies de Idanha, em pleno Verão (2018).

²⁵ Sistema de pastoreio em que os rebanhos se deslocam diariamente por terrenos sem uso agrícola.

O tipo de povoamento característico na região da Beira Baixa (povoamento concentrado, segundo a classificação de Amorim Girão²⁶) está diretamente relacionado com os fatores geográficos e agroclimáticos. O relevo monótono e ondulado, aliado a um solo com fraca aptidão agrícola, reúne condições para explorações de tipo extensivo, favoráveis a médias e grandes propriedades. A exploração consiste, essencialmente, no cultivo de cereais (trigo e centeio), na cultura da oliveira (início séc. XX), sobreiro, azinheira e na criação de gado lanígero e caprino²⁷. A falta de água obriga a longos períodos de pousio. Esta situação favorece o pastoreio, libertando áreas de cultura agrícola para o pasto do gado pois, com o pousio, crescem ervas nos alqueives e restolhos do cereal ceifado. As unidades agrárias (montes) são extensas, sem cercas e divisões interiores, por pertencerem a um mesmo proprietário. São estes «campos abertos»²⁸, sujeitos a afolhamento que favorecem a economia pastoril. Propriedade pouco dividida e em termos de área, o concelho de Idanha era em meados do séc. XX, o quarto maior (1.417 Km²) em Portugal²⁹.

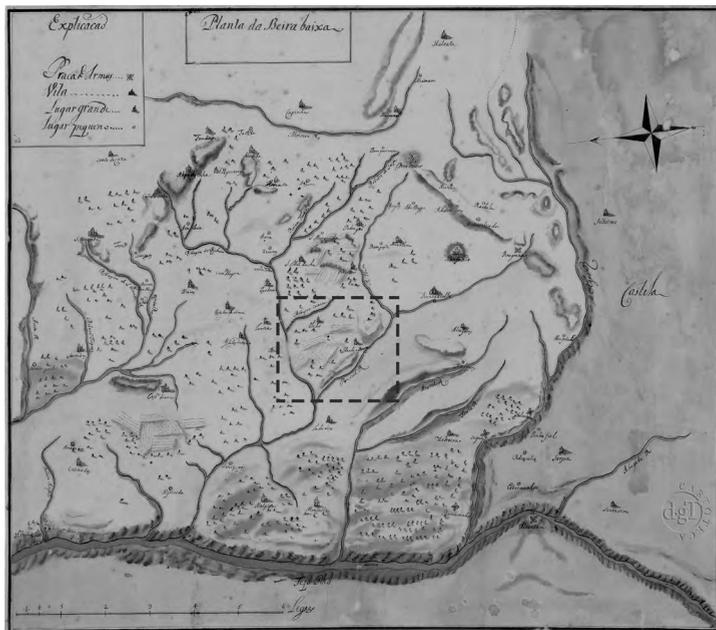


Fig. 3. Planta da Beira Baixa, sec. XVIII. Salienta-se a zona de Idanha-a-Nova, caracterizada com áreas de cultivo. O povoamento concentrado e áreas de campo extensas, favoreciam a economia pastoril.

Fonte: © CA 102, *Direção-Geral do Território*, 2018.

26 GIRÃO, 1958.

27 DUARTE, 1956.

28 *Openfields* – coletivismo agrário.

29 RIBEIRO, 1941.

A movimentação transumante, a partir da Serra da Estrela, pode ser classificada consoante a época do ano em que se realiza e a altitude do local de destino. Quando ocorre a deslocação das pastagens serranas para as terras baixas acontece a invernada ou transumância descendente. Quando os rebanhos sobem para as pastagens da serra, denomina-se transumância ascendente ou transumância estival³⁰. As rotas de transumância podem também ser distinguidas quando à sua duração³¹: (1) migração de longa duração (cerca de seis meses): dos agostadouros³² das terras altas da Serra da Estrela para as terras baixas do Alentejo; (2) migração de média duração (três a cinco meses): (a) da Serra da Estrela para as campinas da Idanha, (b) da Serra da Estrela para a região do Alto Douro, (c) da Serra da Estrela para o baixo Mondego.

A ROTA PARA AS CAMPINAS DE IDANHA-A-NOVA

A via pecuária mais importante da região é a que liga o Sabugueiro (e pontos mais altos da Serra da Estrela) às campinas de Idanha-a-Nova³³. São duas paisagens distintas, de condições climáticas severas e relevos adversos, que se complementam sazonalmente e, por isso, tão importantes para este modo de vida. Em 1941, Orlando Ribeiro esboça em planta, o trajeto desta rota (ver Fig. 4).

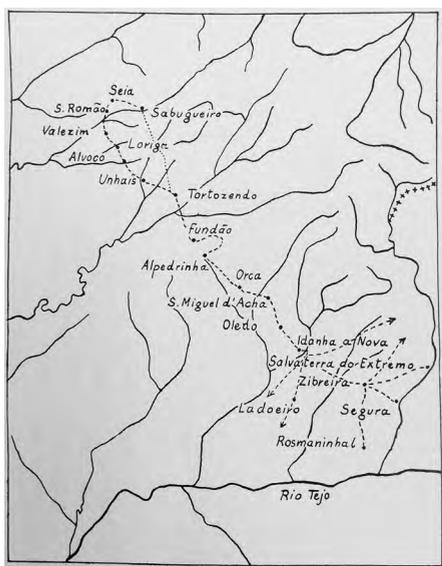


Fig. 4. Via pecuária entre o Sabugueiro e as campinas de Idanha. Esboço de Orlando Ribeiro (1941).

³⁰ FERREIRA & CUNHA, 2006; RIBEIRO, 1991.

³¹ DAVID DE MORAIS, 1998.

³² Os agostadouros são aqui considerados sinónimo de restolho.

³³ RIBEIRO, 1941.

Durante a invernada, o percurso inicia-se no Sabugueiro (cota aproximada 1100m), atravessando a serra pela Nave de Santo António ou, caso o estado do tempo não o permitisse, contornavam a serra pela vertente poente³⁴, até Tortosendo (ponto comum de ambos os percursos). Comparando as duas alternativas, o percurso pelas cotas mais altas da Serra compreende uma variação de 1350m em altitude, percorrendo cerca de 30 Km em extensão. Pela vertente poente da Serra, do Sabugueiro até Tortosendo, o percurso varia cerca de 700m em altitude, sendo mais extenso, totalizando cerca de 43km. A partir de Tortosendo, a rota atravessa a Cova da Beira, sem grandes declives, em cotas aproximadas de 400m, subindo então a Serra da Gardunha por Alcongosta (700m) e Alpedrinha descendo posteriormente até atingir a zona de «Campo» de relevo suave, onde as cotas rondam uma média de 350m. A rota segue até Idanha-a-Nova. Pela vertente poente da Serra da Estrela até Idanha-a-Nova o percurso totaliza 102km. A deslocação demorava cerca de 5 dias. A maioria dos pastores ficava em Idanha-a-Nova, mas outros seguiam para sul e sudeste, dividindo os rebanhos pelas campinas, conforme a extensão de pasto. Um destino mais além, de eleição no concelho, eram os Alares – Rosmaninhal³⁵.

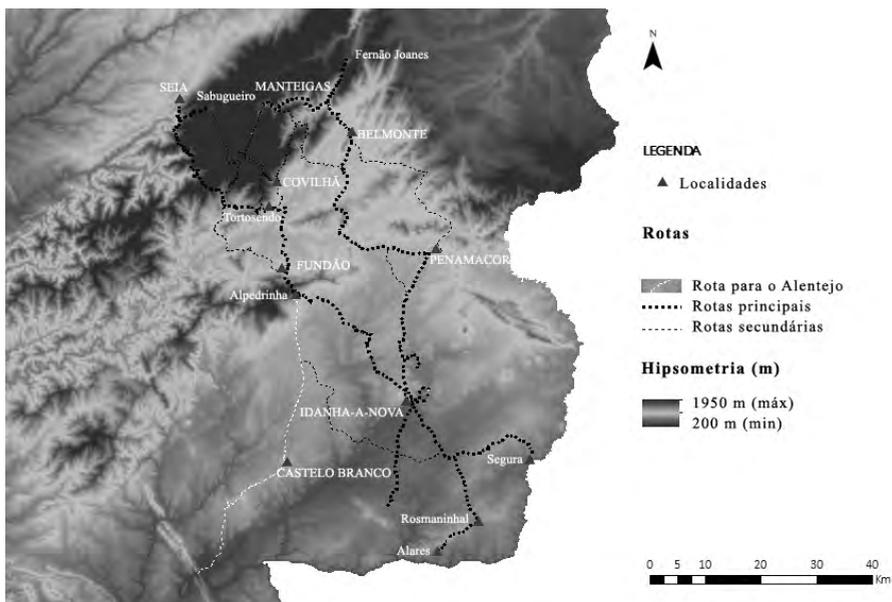


Fig. 5. Mapa das rotas mais frequentes de transumância, da Serra da Estrela para a Beira Baixa. Este mapa tem por base o levantamento das rotas publicadas em (Calado Pinheiro, 2008).

³⁴ A alternativa de rota pela vertente poente é indicada como principal em estudos mais recentes. CALADO PINHEIRO, 2008.

³⁵ RIBEIRO, 1997.

As deslocações na transumância efetuavam-se, como vimos, periodicamente e de forma sazonal, dependendo sempre das condições climatéricas. De novembro a março os gados permaneciam nas terras baixas e, quando a neve começava a derreter na serra (o que habitualmente coincidia com o mês de abril), iniciava-se a subida dos rebanhos que aí permaneciam até outubro. Durante os meses quentes de julho e agosto, juntavam-se rebanhos vindos de fora, com cerca de 1.500 a 3.000 cabeças, guardados por pastores serranos, seguindo proporções de cerca de 1500 ovelhas para mais de 20 homens e 7 a 8 cães, burros com mantimentos, utensílios de cozinha e rede de bardo³⁶.

OS ATRIBUTOS DA PAISAGEM CULTURAL

A análise da evolução da atividade de transumância permite perceber a história da paisagem e, neste caso, como é que mudanças de origem económica e política se expressaram fisicamente na paisagem, anulando pressupostos necessários a essa atividade. Analisemos agora os atributos desta paisagem cultural, que podem ser de natureza tangível ou intangível. Estes refletem os valores atribuídos à paisagem, pela comunidade local e vivenciados também pelo visitante. Qualificam a paisagem cultural e correspondem a significados e valores partilhados³⁷, compondo a significância e expressando a identidade da paisagem. Evocam memórias, associações e sentimentos, essenciais para o bem-estar humano. Enquanto elementos físicos, necessitam do seu contexto espacial sob o risco de uma vez isolados, perderem coerência e permanecerem como exemplos isolados de algo sem a sua associação original, dificultando a legibilidade da paisagem. Como já referimos, vamos incidir nos atributos relacionados com a rota de transumância.

Um dos principais atributos desta paisagem cultural são os caminhos das rotas da transumância – as canadas – ou seja, os caminhos destinados ao trânsito de gado. As ligações no espaço são materializadas pelos caminhos (corredores) que aliam as áreas de pasto de montanha às áreas de pasto em vales e terras baixas, incluindo áreas agrícolas. Trindade (1981), nos estudos de história medieval portuguesa, quando descreve a atividade de transumância como uma organização pastoril, põe em destaque as canadas como o primeiro traço distintivo que testemunha esta organização. Estes caminhos constituem uma marca comum na Europa mediterrânica. Na Itália romana, designavam-se «calles», na Itália medieval «tratturi» e em Espanha, consoante os reinos, denominava-se «cabañeras» (Aragão), «carreradas» (Catalunha) e «cañadas» (Castela)³⁸. Esta rede de cami-

³⁶ RIBEIRO, 1941.

³⁷ RIBEIRO, 1998.

³⁸ TRINDADE & RIBEIRO, 1981.

nhos foi sendo estabelecida ao longo dos tempos. Muitos troços coincidem com antigas vias romanas, outros atravessam campos e muitos deles coincidem com atuais vias rodoviárias. Os rebanhos seguiam por caminhos pastoris, segundo o mesmo rumo, sazonalmente. Cabia às autoridades municipais assinalar as canadas, que não tinham, necessariamente, limites permanentes.



Figs. 6 e 7. À esquerda, caminho dos «ovelheiros» no Rosmanihal. À direita, canada dos serranos, delimitada com muros de pedra, em Idanha-a-Nova.

O trajeto realizava-se ao longo de terrenos baldios, maninhos e caminhos encanados «balizados», percebendo-se, assim, que, facilmente, poderia invadir terrenos agricultados e entrar em conflito com agricultores. Estas canadas são referidas em vários documentos municipais e regulamentavam quer os locais de passagem dos gados quer os procedimentos e quantias de pagamento à Câmara: «os gados passageiros poderem paçar por este termo por as canadas que a camara designar vindo [...] antes que entrem neste [...] dous dias dum entrada e outro de saída [...] pagando quinhentos reis [...]»³⁹.

³⁹ ADCB, 1780: fl14.

O abandono das maiores rotas de transumância conduziu ao natural desaparecimento destes caminhos. Atualmente, os percursos dos pastores são celebrados em eventos de origem popular, folclórica, evocam as memórias desta atividade e reproduzem alguns trajetos, inseridos num contexto educativo, lúdico, religioso, e fortificando o património vernacular da região.



Fig. 8. Benção dos rebanhos durante a Festa da Transumância (2016), Folgosa da Madalena.

O estudo deste sistema, que representa um modo de construção e gestão da paisagem, revela-se uma fonte de informação fundamental para compreender os resultados da transumância, que incluem as relações económicas, sociais e culturais entre regiões. Fazem parte dele as «devesas», ou seja, as áreas de pasto destinados ao gado estante, geralmente cercadas⁴⁰, os locais associados à criação de gado, os mercados de gado e mesmo locais de transformação da lã (como o património industrial construído).

Os atributos incluem também, como património material pastoril, bens móveis – instrumentos do pastor como chocalhos e bardos – e bens imóveis, como os bebedouros para os animais, os abrigos de pastores aproveitando as Lapas da Serra ou as construções dos «búfios»⁴¹.

⁴⁰ COELHO & BARBOSA, 1999; TRINDADE, 1965.

⁴¹ Abrigo redondo em pedra e terra, com tecto em falsa cúpula, CHAMBINO, 2008.



Figs. 9 e 10. À direita, Lapa no vale do Zêzere, cavidade natural formada sob enorme lage de granito convertida em abrigo. À esquerda, Búfio de São Roque, Rosmaninhal.

Os marcos de orientação dos caminhos dos pastores pontuam a Serra da Estrela. Mantendo a sua função original, muitos deles servem para assinalar os caminhos agora convertidos em trilhos turísticos.



Fig. 11. «Mariolas», sistema de sinalização dos caminhos, consistindo no empilhamento de pedras soltas em pontos estratégicos, para orientação dos pastores.

O património imaterial revela-se nos saberes associados ao pastoreio, nas técnicas de produção de lã, no fabrico artesanal do queijo, nas associações religiosas que se espelham nas capelas, santuários ou esculturas que pontuam a paisagem. Não podemos deixar de referir a imagem bucólica do pastor e dos rebanhos no campo ou nos cervunais da Serra, como um atributo imaterial, cultural e cénico desta paisagem.

A paisagem de transumância traduz um sistema de sustentabilidade criado ao longo de gerações, a partir das quais podemos extrair estratégias aplicáveis no presente. Tal como noutras tantas paisagens culturais, esta tipologia de paisagem, de carácter agro-pastoril, constitui uma paisagem representativa de modos de vida tradicional.

REFLEXÕES FINAIS

Paisagens de transumância são paisagens culturais que evoluíram ao longo dos séculos pela adaptação das atividades pastoris a climas adversos e ecossistemas frágeis de montanha⁴² e abrangem paisagens de contrastes geomorfológicos, botânicos, climáticos, no modo de ocupação do território, numa relação dinâmica agro-pastoril, de simbiose entre ambas.

Criada a partir de uma gestão eficiente dos recursos naturais, efetivada pelas comunidades locais, poderemos dizer que as paisagens culturais, de carácter rural, correspondem a modelos de baixa vulnerabilidade a distúrbios e alterações se continuamente geridas com objetivos agro-silvícolas que assegurem a correta gestão dos fluxos de água, da biomassa existente e de outros processos naturais que levam a que a paisagem tenha maior resiliência. Pelo contrário, ao quebrar a relação de equilíbrio, quer pelo abandono das áreas rurais quer pela diminuição da população ativa, a vulnerabilidade aos riscos é maior, assistindo-se, hoje, ao flagelo de incêndios que assolam grande parte destes territórios. Os modelos económicos atuais, que envolvem grandes áreas produtivas e mecanizadas, obrigam a uma simplificação dos processos naturais. Pelo contrário, a paisagem cultural da transumância, oferece um modelo de adaptação dos ecossistemas e economia a longo prazo.

Hoje em dia, os fenómenos de globalização, as céleres variações nos mercados económicos, as inovações tecnológicas, o investimento nas acessibilidades, que muitas vezes fomentam a pressão turística sobre o território, o crescimento desordenado da urbanização, o abandono de técnicas tradicionais de uso do solo, por se considerarem obsoletas quando comparados com novas possibilidades mais produtivas e rentáveis, geram grandes mudanças na paisagem, frequentemente incompatíveis com a preservação da identidade local. Neste âmbito, o conceito de “paisagem cultural” é de fácil compreensão. De facto, podemos considerar que todas as paisagens são culturais, uma vez que são objeto de vivência e interpretação humana. Mas “paisagem cultural” é um conceito útil na distinção de paisagens específicas: «Encerra em si a ideia de qualidade e importância histórica e cultural, uma paisagem que é humanizada mas que se distingue das restantes por refletir modos de vida e/ou apropriações específicas, que qualificam uma entidade única, diferenciada pelo valor sócio-económico, ecológico, cultural que a caracteriza»⁴³.

Neste sentido, paisagens culturais integram bens naturais, culturais, interpretando o tempo, o meio ambiente e as forças culturais como geradores de uma identidade. Não se quer, com isto, sugerir musealizar a paisagem, sabendo-se que

⁴² HERZOG *et al.*, 2005.

⁴³ CARVALHO & MARQUES, 2019: 94.

a escala temporal de mudanças económicas e tecnológicas na paisagem é muito mais pequena que a escala temporal para desenvolvimento de adaptações socio-culturais e ecológicas face a stress ambiental⁴⁴. Será de considerar construir uma base sólida e prática de informação, fundamentada nos valores e dinâmicas da paisagem cultural, que permita orientar intervenções integradas na inevitável mudança cultural, social e tecnológica, promovendo o equilíbrio entre mudança e preservação, de forma a que, o resultado final, permita então, que os valores e dinâmicas de uma dada paisagem cultural, que definem a sua identidade e que a distinguem enquanto «paisagem de valores», perdurem.

Na paisagem cultural de transumância que analisamos, a produção de lã constituía a força motriz económica de toda a atividade que, ao longo de séculos, foi sendo apurada nas suas relações sociais com o meio envolvente e no uso eficiente dos recursos naturais endógenos, com efeitos profícuos também para a atividade agrícola. Se nas áreas de montanha os gados pastavam especialmente nos terrenos baldios, de matos baixos, em prados naturais e lameiros, nas áreas de planície pastavam nos pousios dos campos agrícolas, fertilizando os mesmos e aumentando o rendimento de colheitas; por sua vez, o gado caprino, de menor expressão no rebanho, explorava as áreas de charneca, dominada por matos, produzindo leite para pastores e cães. As dinâmicas complementares no espaço expressavam-se, também, no tempo. O uso diferenciado dos campos, nas zonas baixas, durante o Inverno, e na montanha, durante o Verão, exprimiam, também, este profundo conhecimento e respeito pelos recursos disponíveis.

As mudanças de paradigmas e estratégias políticas conduziram, progressivamente, à extinção da atividade: os pastos comuns passaram a ser arrendados, iniciaram-se processos de arborização na serra, plantações de oliveiras e montados de sobre e azinho, vedação de campos que diminuíram a área disponível para a transumância. O rendimento agrícola que o Estado promovia conduzia ao aumento de terras cultivadas, ao parcelamento, diminuindo os baldios, os incultos, os pousios ou prados naturais, essenciais à continuação da atividade.

Apesar destes processos, decorridos especialmente a partir de finais do século XIX ou já nos princípios do século XX, as condições geográficas da Beira Interior e o contínuo desenvolvimento e modernização da indústria de lanifícios, permitiu manter a atividade transumante, a nível local, para produção da lã.

A modernização tecnológica e as novas facilidades trazidas pela globalização, trouxeram melhorias de vida para as populações, mas também remeteram estas culturas vernáculas a componentes pontuais em culturas globais. A preservação da identidade num contexto de mudanças, nos mais variados quadrantes, afigura-se como um objetivo atual, suportado pela evolução de políticas interna-

⁴⁴ FARINA, 2000.

cionais que fazem apelo ao reconhecimento da diversidade, assumida como identitária e, cada vez mais, fator de marketing territorial⁴⁵. A lã constituiu e ainda constitui, uma significativa mais-valia nacional, não só em termos culturais, mas também em termos económicos. A sua produção é considerada, ainda, um fator importante para a reserva genética da raça merina. A Europa Ocidental detém ainda uma indústria de lanifícios relevante e tecnicamente evoluída, sustentada por uma matéria prima considerada cara e cuja produção é complexa. A produção e a transformação da lã encerram um processo de evolução que não pode ser descurado enquanto património e produto competitivo económico.

A certificação de produtos derivados do leite (queijo DOP Serra da Estrela, queijo DOP da Beira Baixa) são exemplos do reconhecimento de valor e da necessidade de conservar as matérias-primas, assim como os processos originais de produção e transformação. Valorizar as economias locais, recorrendo a produtos diferenciados pela qualidade e valor, deve ser uma aposta para o património local e regional. Apesar do crescente reconhecimento da dimensão viva dos locais com valor patrimonial, o papel ativo das comunidades locais deve ser entendido como essencial nos processos de reconhecimento de bens e de gestão da paisagem cultural. A conservação e perpetuação da paisagem cultural resulta da manutenção contínua de processos e padrões conduzidos por motivos culturais e económicos que mantêm fluxos de energia e informação e que permitem a reorganização dos diferentes mosaicos da paisagem, através da gestão continuada. Lidamos, hoje, com a ameaça de extinção de recursos naturais não renováveis e de acentuadas alterações climáticas pelo que será relevante, como legado, o capital cultural gerado nestas paisagens, uma vez que revelam um profundo conhecimento sobre o equilíbrio entre valores económicos, sociais e recursos naturais e humanos existentes.

AGRADECIMENTOS

Um agradecimento à Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) pela bolsa de doutoramento (SFRH/BD/111160/2015). Este trabalho está a ser desenvolvido no CIBIO- InBIO, financiado pela FCT através de fundos nacionais.

⁴⁵ DIAS, 2013.

BIBLIOGRAFIA

- ADCB (1780) – *Livro de Posturas Municipais*. Mç486, Livro 1, Fl 14. Castelo Branco.
- AMARAL, Abílio Mendes do (1970) – *Os pastores da Serra da Estrela: etnografia, foro, privilégios, transumância*. Viseu: Tip. Beira Alta.
- ANTROP, Marc (2005) – *Why landscapes of the past are important for the future. Rural Landscapes: past processes and future strategies*. «Landscape and Urban Planning», ISSN 0169-2046. 70: 1-2 p. 21-34. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S016920460300207X>>. [Consulta realizada em 06/06/2014].
- CALADO PINHEIRO, Elisa, coord. (2008) – *Rota da Lã Translana, Percursos e marcas de um território de fronteira: Beira Interior (Portugal) e Comarca Tajo-Salor-Almonte (Espanha) – Reconhecimento e valorização patrimonial*. Covilhã: Museu de Lanifícios, Universidade da Beira Interior, 2 vols.
- CARVALHO, Raquel; MARQUES, Teresa Portela (2019) – *A evolução do conceito de paisagem cultural*. «Revista de Geografia e Ordenamento do Território», ISSN 2182-1267, 16: p. 81-98. Disponível em: <<http://www.cegot.org/ojs/index.php/GOT/article/viewFile/2019.16.004/pdf>>.
- CHAMBINO, Eddy (2008) – *Pastores, guardiões de uma paisagem*. Idanha-a-Nova: Município de Idanha-a-Nova/Centro Cultural Raiano.
- COELHO, Maria Helena da Cruz; BARBOSA, Maria do Rosário (1999) – *Forais e Foros da Guarda*. Guarda: Câmara Municipal da Guarda.
- DAVID DE MORAIS, J. A. (1998) – *A Transumância de gados serranos e o Alentejo*. Évora: Câmara Municipal de Évora.
- DIAS, L. T. (2013) – *Paisagem*. «CEM Cultura, Espaço & Memória», n.º 4, p. 7-9. Disponível em <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/12805.pdf>>. [Consulta realizada em 29/08/2019].
- DIRECÇÃO GERAL DO TERRITÓRIO – *Planta da Beira Baixa*. Cartografia antiga. CA 102.
- DUARTE, Aniceto Dos Santos (1956) – *Indústrias agrícolas dos meios rurais da Beira Baixa. Alguns aspectos técnicos, económicos e de higiene, segurança e salubridade*. Lisboa: Ordem dos Engenheiros.
- ESTÊVÃO, João Antunes (1983) – *A florestação dos baldios*. «Análise Social», p. 1157-1260. Disponível em <<https://www.jstor.org/stable/41010446>>. [Consulta realizada em 01/02/2019].
- FARINA, Almo (2000) – *The Cultural Landscape as a Model for the Integration of Ecology and Economics*. «BioScience» 50: 4 p. 313. Disponível em <<https://academic.oup.com/bioscience/article/50/4/313-320/270737>>. [Consulta realizada em 02/03/2019].
- FERREIRA, Luísa; AZEVEDO, Leonel (2010) – *Foral Manuelino de Castelo Branco: 1510*. Castelo Branco: Câmara Municipal de Castelo Branco.
- FERREIRA, Rui; CUNHA, Lúcio (2006) – *Rotas de transumância serrana para a Beira Baixa: Itinerários e património associado*. «Iberografias», p. 305-327. Disponível em <www.cei.pt>. [Consulta realizada em 08/09/2018].
- GIRÃO, Aristides de Amorim (1958) – *Atlas de Portugal*. 2.ª ed. Coimbra: Instituto de Estudos Geográficos.
- HERZOG, Felix et al. (2005) – *Policy Options to Support Transhumance and Biodiversity in European Mountains: A Report on the TRANSHUMOUNT Stakeholder Workshop*. «Mountain Research and Development» Landquart/Zurich, Switzerland, 25: 1, p. 82-84. Disponível em <[URL:http://www.bioone.org/doi/full/10.1659/0276-4741%282005%29025%5B0082%3APOTSTA%5D2.0.CO%3B2](http://www.bioone.org/doi/full/10.1659/0276-4741%282005%29025%5B0082%3APOTSTA%5D2.0.CO%3B2)>. [Consulta realizada em 22/11/2017].
- INSTITUTO DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DAS FLORESTAS – Florestas. Disponível em <<http://www2.icnf.pt/portal/florestas/gf/regflo/q-e>>.

- ____ (a) – *Plano Sectorial da Rede Natura*. Disponível em <<http://www2.icnf.pt/portal/pn/biodiversidade/rn2000/resource/doc/rn-plan-set/hab/hab-6230>>.
- KLEIN, Julius (1936) – *La mesta: estudio de la historia económica española 1273-1836*. Madrid: Revista de Occidente.
- MINISTÉRIO DA AGRICULTURA (1939) – *Reconhecimento dos baldios do Continente*. Lisboa: Junta de Colonização Interna.
- MONTEIRO, Augusto José (1992) – *Manteigas na segunda metade do século XVIII: Os Homens e a Indústria*. Manteigas: Câmara Municipal de Manteigas.
- REGO, Francisco Castro (2001) – *Florestas Públicas*. Lisboa: Ministério da Agricultura, Direcção Geral das Florestas.
- RIBEIRO, Francisco da Silva; FERREIRA, Luiz Feliciano Marrecas (1886) – *Expedição científica à Serra da Estrela em 188: secções auxiliares: topographia, acampamento: relatórios*. Lisboa: Sociedade de Geographia de Lisboa, Imprensa Nacional.
- RIBEIRO, Luís Paulo Faria Almeida (1998) – *The cultural landscape and the uniqueness of place – a greenway heritage network for landscape conservation of Lisbon metropolitan area*. Amherst MA: Universidade de Massachussets. Tese de Doutoramento em Arquitectura Paisagista.
- RIBEIRO, Orlando (1941) – *Contribuição para o estudo do pastoreio na Serra da Estrela*. «Sep. da Rev. da Faculdade de Letras», Tomo 7. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa.
- ____ (1991) – *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico: esboço de relações geográficas*. 6.^a ed. rev. e ampliada. Lisboa: Sá da Costa.
- ____ (1997) – *Orlando Ribeiro e as terras de Idanha*. Idanha-a-Nova: Centro Cultural Raiano.
- SANTOS, Henrique Pereira (2015) – *Evolução da paisagem rural do continente português no século XX*. Porto: Faculdade de Ciências da Universidade do Porto. Tese de doutoramento.
- SOARES DE SOUSA, Joaquim *et al.* (2005) – *A Transumância para o Montemuro: Um pretexto para o Desenvolvimento Rural*. «Millenium – Revista do Instituto Politécnico de Viseu». 31, p. 174-189.
- TORRES MANSO, F. (2015) – *Pastoreio em Territórios de Montanha*. «Trifólia – Newsletter da Sociedade Portuguesa de Pastagens e Forragens.» 6. Disponível em <http://sppf.pt/images/trifolia/TRIFOLIA_6_2015.pdf>. [Consulta realizada em 03/10/2017].
- TRINDADE, Maria José Lagos (1965) – *Alguns Problemas do Pastoreio, em Portugal, nos séculos XV e XVI*. «Do Tempo e da História», 1 (1/5) p. 113-134.
- TRINDADE, Maria José Lagos; RIBEIRO, Orlando (1981) – *Estudos de história medieval e outros*. 1a ed. Lisboa: Fac. Letras, Coop. Ed. História Crítica.
- UNESCO World Heritage Centre (2017) – *The Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention*. Paris: UNESCO.